



MILENNA CARVALHO

**OS CURSOS NOTURNOS SE CONSTITUEM COMO
OPORTUNIDADE PARA QUE TRABALHADORES POSSAM
SE FORMAR EM UM CURSO SUPERIOR?**

**LAVRAS- MG
2020**

MILENNA CARVALHO

**OS CURSOS NOTURNOS SE CONSTITUEM COMO OPORTUNIDADE PARA
QUE TRABALHADORES POSSAM SE FORMAR EM UM CURSO SUPERIOR?**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof (a). Dr (a). Nathália de Fátima Joaquim
Orientador (a)

**LAVRAS MG
2020**

MILENNA CARVALHO

**OS CURSOS NOTURNOS SE CONSTITUEM COMO OPORTUNIDADE PARA
QUE TRABALHADORES POSSAM SE FORMAR EM UM CURSO SUPERIOR?**

**ARE EVENING COURSES AN OPPORTUNITY FOR WORKERS GET A
COLLEGE DEGREE?**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em

Prof (a). Dr (a). Julia Moretto Amancio UFLA

Prof (a). Dr (a). Nathália de Fátima Joaquim
Orientador (a)

**LAVRAS MG
2020**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus, pois sem Ele não teria chegado até aqui. Aos meus pais, Maria e Carlos, que apoiam minhas decisões e são sempre abrigo e amparo, sem vocês minha graduação não seria possível. Ao meu amor, Gabriel, por sempre estar ao meu lado e acreditar que sou capaz. Aos meus amigos, em especial à Paula, Júlia e Duda, por sempre serem meu aconchego e me transmitirem confiança. E principalmente, àqueles que a universidade me proporcionou, Thaís, Mariane, Milena e Raphael, obrigada por serem pessoas incríveis e por passarmos esses anos juntos, a graduação não seria a mesma sem vocês. Agradeço também aos colegas de sala, por termos passado por tudo juntos.

Agradeço aos professores, que por todos esses anos me proporcionaram, não só conhecimentos acadêmicos, como um aprendizado que levarei para a vida. Em especial à minha orientadora, Nathalia, obrigada por acreditar em mim, me incentivar, transmitir segurança e tranquilidade, não só para a realização da pesquisa, como em toda a graduação.

E a todos que fizeram parte dessa jornada.

Muito obrigada!

RESUMO

O “estudante trabalhador”, é uma classe de estudantes que precisam trabalhar para manterem a si e suas famílias, e para conseguirem permanecer nos cursos de graduação. Porém, devido à algumas dificuldades encontradas, como manter o desempenho acadêmico, não é sempre que conseguem se formar. O presente estudo trata sobre a relação dos estudantes trabalhadores com o ensino superior, e tem o objetivo de analisar se os cursos noturnos foram constituídos como oportunidade para que os mesmos se formem na graduação. Para a consolidação do objetivo, foram abordados os temas acerca do sistema de ensino, da história das universidades no Brasil e sobre o ingresso e permanência das classes populares no ensino superior. Com o intuito de realizar as discussões e resultados da pesquisa, foi disponibilizado um questionário online para a participação dos alunos dos cursos de Administração Pública, Direito e Pedagogia, de uma instituição pública de Minas Gerais. A partir das análises teóricas e dos resultados obtidos através das respostas dos entrevistados, pode-se observar que apesar da democratização que vem ocorrendo ao longo dos anos no ensino superior, o sistema não está totalmente preparado para atender aos estudantes trabalhadores, pois o mesmo foi pensado para os estudantes em tempo integral.

Palavras- chave: estudante trabalhador; ensino superior; classes populares.

ABSTRACT

The “working student” is a class of students who need to work to support themselves and their families, and to be able to stay in undergraduate courses. However, due to some difficulties encountered, such as maintaining academic performance, they are not always able to graduate. This study deals with the relationship of working students with higher education, and aims to analyze whether evening courses were constituted as an opportunity for them to graduate at undergraduate level. In order to consolidate the objective, topics were addressed about the education system, the history of universities in Brazil and the entry and permanence of popular classes in higher education. In order to carry out the discussions and results of the research, an online questionnaire was made available for the participation of students in the Public Administration, Law and Pedagogy courses of a public institution in Minas Gerais. From the theoretical analyzes and the results obtained through the responses of the interviewees, it can be seen that despite the democratization that has been occurring over the years in higher education, the system is not fully prepared to serve working students, as it was designed for full-time students.

Keywords: student worker; University education; popular classes.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 9 |
| 2.1 | Sistema de ensino | 9 |
| 2.2 | História das universidades no Brasil | 12 |
| 2.3 | Ingresso, permanência e camadas populares | 17 |
| 3 | METODOLOGIA | 22 |
| 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 24 |
| 4.1 | Perfil dos estudantes | 24 |
| 4.2 | Percepção dos estudantes acerca do ensino superior | 27 |
| 4.3 | Dificuldades encontradas pelos estudantes para permanecer no ensino superior | 30 |
| 4.4 | Táticas adotadas pelos estudantes para permanecer no ensino superior | 33 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 36 |
| | REFERÊNCIAS | 39 |
| | APÊNDICE A_ Questionário aplicado aos alunos | 45 |

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que carrega consigo marcas históricas: a herança do que foi a escravidão perdura até os dias de hoje, a discriminação social, racial e de gênero fazem parte do cotidiano do país.

Na educação, não seria diferente. O ensino superior foi trazido pela família real e era direcionado às elites e burocratas que viviam aqui, visava proporcionar para os mesmos um diploma profissional e ocupação de cargos privilegiados no mercado de trabalho, além de lhes trazer prestígio social (MARTINS, 2002).

Atualmente, mesmo com a promulgação da Carta Magna e os direitos assegurados aos cidadãos, que são ditos como iguais perante a Constituição, as classes populares ainda sofrem com a desigualdade de oportunidades e são prejudicadas em relação às pessoas das classes privilegiadas. Isso também foi observado por Pereira, May e Gutierrez (2014, p. 135), “ainda devemos percorrer um grande caminho na democratização do acesso e da permanência aos níveis mais elevados de ensino”. As classes populares têm mais dificuldades para ingressar no ensino superior e também para se formar, pois as pessoas possuem acessos diferenciados ao ensino, desde o fundamental até o superior, não há equidade no ingresso à universidade.

As classes populares são as classes trabalhadoras, consideradas como a “ralé” da sociedade: pessoas desfavorecidas de bens materiais, que são vistas como “incapazes” e “indignas” pelas pessoas das outras classes sociais. Este pensamento também se fundamenta no fato de que o sistema de ensino valoriza determinados conhecimentos aos quais a “ralé” não têm condições de acessar, por exemplo, aulas de inglês, de música, acesso à museus, dentre outros privilégios (SOUZA, 2013, p. 62).

Além da falta de oportunidades, muitas vezes, essas pessoas não podem se dedicar inteiramente aos estudos, elas precisam trabalhar para sustentar ou ajudar suas famílias. Isso gera uma concorrência ainda mais injusta, pois as pessoas das classes privilegiadas dedicam-se em tempo integral aos estudos (OLIVEIRA; BITTAR; LEMOS, 2008).

A partir deste contexto, pretende-se investigar o seguinte questionamento: os cursos noturnos de Administração Pública, Direito e Pedagogia, de uma instituição de educação superior de Minas Gerais, se constituem como oportunidade para que trabalhadores possam se formar no ensino superior?

Diante dessa problemática, o objetivo desse projeto é analisar se estes cursos noturnos, se constituem como oportunidade para que trabalhadores possam se formar em um curso

superior. A escolha por tais cursos se justifica para que se possa comparar se há diferença na percepção em relação à licenciatura e bacharelado.

Para tanto, tem-se como objetivos específicos: identificar o perfil desses estudantes, as dificuldades que encontram para permanecerem no ensino superior e quais as táticas eles criam para se manter no curso de graduação.

Cabe destacar que o estudo dessa temática é necessário devido à atual conjuntura do país, em que as desigualdades aumentam cada vez mais e as pessoas mais pobres têm cada vez menos oportunidades de acesso, são excluídas, principalmente, das universidades e instituições de ensino, que são cada vez menos ocupadas (ou são ocupadas com muito esforço e luta) pelas classes populares. De acordo com Domingues (2008, p. 57), “as situações de exclusão seriam o resultado de acontecimentos impulsionados pela desigualdade estrutural dos sistemas econômico e social, refletindo uma trajetória histórica.”

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para contextualizar o tema é necessário falar sobre o surgimento das universidades no Brasil, sua trajetória ao longo dos anos e dos governos: o surgimento das universidades privadas, dos cursos noturnos; e a relação desse desenvolvimento com as elites e com as classes populares no país.

2.1 Sistema de ensino

O sistema brasileiro de educação desempenha a função de fornecer diplomas, garantindo conhecimento, prestígio e poder social. O ingresso no ensino superior é uma parte visível da “seletividade social”; passando por processos de seleção, adotados pelas universidades, que são excludentes, principalmente nas públicas (OLIVEIRA; BITTAR; LEMOS, 2008, p. 9).

A sociedade produz tamanha desigualdade que as instituições nela inseridas reproduzem as mesmas, caso nenhuma ação contrária seja adotada. Políticas de equidade tendem apenas a ocultar o principal problema que é a desigualdade socioeconômica (BOURDIEU; PASSERON, 1975; BAUDELLOT; ESTABLET, 1986, citado por FREITAS, 2007, p. 969).

A classe social dominante faz com que o sistema de ensino cumpra duas funções: fazer com que as “classes inferiores” reconheçam sua cultura como única legítima e também impedir que tenham acesso a tal. Os professores colaboram com isso, induzindo as “classes inferiores” a legitimarem a cultura da classe dominante, ao mesmo tempo em que marginalizam a sua própria e não têm a possibilidade de conservarem a mesma (BOURDIEU; PASSERON, 1970, citado por SAES, 2007, p. 108).

Os professores se tornam “agentes da marginalização” da cultura das classes inferiores, de modo consciente ou não. Cabe a eles converterem recursos culturais que vêm de fora em recursos escolares. No cumprimento das tarefas eles recorrem a conhecimentos prévios ou a uma linguagem da qual os alunos privilegiados, que são uma minoria, têm maior conhecimento, prejudicando os alunos das classes inferiores; isso caracteriza no sistema de ensino, um alinhamento da prática pedagógica com o modelo elitista de educação (BOURDIEU; PASSERON, 1970, citado por SAES, 2007, p. 109).

De acordo Almeida (2005), para Bourdieu esse processo não acontece apenas de forma coercitiva, antes acontece o “consentimento” dos dominados e dos dominantes. Porém,

é uma dominação não consciente, que ocorre por meio de uma violência disfarçada, que é a “violência simbólica”; e quanto menor for a consciência dos envolvidos mais eficaz ela é. Para validar esse processo de dominação, utiliza-se dos meios e ambientes considerados mais eficazes no controle social, como por exemplo, escolas e universidades (BOURDIEU; PASSERON, 1982, citado por ALMEIDA, 2005, p. 145).

O ambiente escolar carrega consigo contradições ligadas à sociedade capitalista; não iguala as condições e diferenças dos alunos, pelo contrário, reforça essas diferenças à medida que utiliza como parâmetro a cultura das classes dominantes (BOURDIEU; PASSERON, 1982, citado por ALMEIDA, 2005, p. 147).

A obra de Bourdieu e Passeron, de acordo com Rosendo (2009), deixa explícito que a violência simbólica encobre as relações de força que nela estão presentes:

No começo da obra, dizem-nos os autores que todo o poder de violência simbólica impõe significações como legítimas dissimulando as relações de força que lhe subjazem. As relações simbólicas são simultaneamente autônomas e dependentes das relações de força, portanto toda a ação pedagógica deverá ser considerada como uma violência simbólica porque imposição por um poder arbitrário de um arbítrio cultural (ROSENDO, 2009, p. 4).

A “ação pedagógica” pode ser exercida pelos professores, pelas famílias, dentre outros agentes. Esta reproduz a cultura dominante, assim reproduzindo as relações de poder de um grupo social. O ensino na “ação pedagógica” tende a assegurar a violência simbólica, assim toda “ação pedagógica” deve ser considerada como violência simbólica, na medida em que impõe a cultura dominante. É importante apontar que essa ação acontece através da comunicação, porém não se estabelece uma comunicação verdadeira entre quem a exerce e quem está sujeito à ela (ROSENDO, 2009, p. 5).

Segundo Bourdieu e Passeron, toda “ação pedagógica” produz uma “autoridade pedagógica”, que é através do que a ação se concretiza; a autoridade detêm o direito de imposição legítima da cultura da classe dominante sobre as outras e são os professores que detêm a legitimidade de impor essa autoridade (ROSENDO, 2009, p. 6).

De acordo com Saes (2007), Bourdieu e Passeron mencionaram em sua obra, que os professores vivem numa situação de “dualidade ideológica”, que eles podem oscilar entre uma ideologia e outra. A primeira ideologia é a da “competência adquirida” ou “mérito pessoal”, segundo esta, toda pessoa que se esforça e se aplica aos estudos tem a capacidade de ser bem sucedida na vida profissional. A segunda ideologia é a do “dom”, a qual poderia se dizer

contrária à primeira; segundo esta, a capacidade intelectual não é qualidade de todos, mas sim algo que vem desde o nascimento com algumas pessoas (BOURDIEU; PASSERON, 1970, citado por SAES, 2007, p. 113).

Diante disso, percebe-se o importante papel dos professores nesse processo, pois eles são considerados confiáveis e lhes é dada a função de legitimação do sistema pela sociedade, torna-se fundamental aos docentes que não concordam com esse sistema de reprodução utilizarem do seu conhecimento para contesta-lo (BOURDIEU; PASSERON, 1982, citado por ALMEIDA, 2005, p. 151).

Quando se conscientizam sobre esse processo de reprodução que acontece no sistema de ensino, passam a reconhecer a ilegitimidade do processo e isso pode contribuir com a mudança; passar da reprodução à transformação do sistema. Mas como o professor também se forma nesse sistema, será ele capaz de perceber essas relações e passar a agir de forma autônoma colaborando para a mudança e transformação? (BOURDIEU; PASSERON, 1982, citado por ALMEIDA, 2005, p. 153).

Para Almeida (2005), através do raciocínio de Bourdieu, torna-se possível perceber a possibilidade que o professor tem de utilizar seu potencial transformador para reverter a realidade e mudar a estrutura do sistema de ensino. Através disso, outra função que pode ser dada ao sistema, além da reprodução de uma cultura dominante, é a possibilidade de pensar em outra realidade a partir do mesmo (BOURDIEU; PASSERON, 1982, citado por ALMEIDA, 2005, p. 154).

Esse processo de mudança é vagaroso e se estende pelos anos, tanto que não aconteceu até os dias de hoje. De acordo com Oliveira, Bittar e Lemos (2008), o sistema de ensino superior no Brasil continua sendo para uma minoria:

O sistema ensino superior no Brasil continua, pois, elitista e excludente. Uma real democratização de acesso, permanência e qualidade certamente implicará em reconhecer a educação superior como um bem público social e um direito humano universal e, portanto, um dever do Estado. E, em decorrência dessa compreensão, deverá implicar em políticas públicas que favoreçam o acesso e a permanência de estudantes trabalhadores em cursos noturnos e diurnos de qualidade (OLIVEIRA; BITTAR; LEMOS, 2008, p. 264).

Diante do debate sobre o sistema de ensino, pode-se concluir que o fato de as universidades serem mais ocupadas pelas pessoas das classes altas, não mudou muito ao longo dos anos, o sistema reproduz e acentua as desigualdades entre as classes privilegiadas e populares. Construir uma universidade democrática em uma sociedade desigual é um desafio,

porém é necessário que a universidade se constitua como um lugar crítico e crie formas de mudar a realidade que a cerca (PEREIRA; MAY; GUTIERREZ, 2014).

2.2 História das universidades no Brasil

As primeiras instituições de ensino superior foram criadas em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao país: Escolas de Cirurgia e Anatomia, Academia da Guarda Marinha, Academia Real Militar, o curso de Agricultura, em 1814 e em seguida a Real Academia de Pintura e Escultura (MARTINS, 2002).

Os cursos de ensino superior eram estruturados em “estabelecimentos isolados”, e não em universidades. Haviam sido criados para formar burocratas para o Estado e “especialistas na produção de bens simbólicos” para atender às necessidades e o consumo da elite do país e os interesses da mesma (CUNHA, 2007, p. 65).

De acordo com Martins (2002), o ensino superior se desenvolveu vagarosamente até a proclamação da república. Com a independência, em 1822, não houveram mudanças no formato do sistema de ensino, a elite não via vantagens na criação de universidades. Até o fim do século XIX existiam apenas 24 escolas de ensino superior no Brasil, com cerca de 10.000 estudantes.

Esse cenário teve uma mudança com a Constituição de 1891, a qual deu a possibilidade de existência ao ensino superior privado, o que colaborou muito com a expansão do mesmo no país. Surgiram várias instituições, a partir da iniciativa das elites. A primeira grande ruptura com o modelo de universidades já existente foi a do sistema educacional paulista; nos 30 anos que a sucederam, houve uma ampliação, ainda maior, na quantidade de universidades (MARTINS, 2002).

A partir da Constituição de 1891, a criação de instituições de ensino superior era dever do Congresso Nacional, mas não mais de forma exclusiva, de acordo com Brasil (1891), “art. 35 - Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente: [...] 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados.”

O surgimento das universidades privadas deu uma “organização dual” ao ensino superior no país: de um lado o setor público, com educação gratuita, mantida pelo Estado e de outro o setor privado com instituições educacionais, de natureza jurídica privada (SAMPAIO, 2011, p. 28).

Na década de 1920, as funções da universidade começaram a ser debatidas para além do cunho político; não se tratava mais apenas de uma questão política: o papel das

universidades passou a ser discutido em relação à promoção de pesquisas e às suas funções na sociedade em geral. Com base nessas discussões, o governo provisório de Getúlio Vargas, promoveu uma reforma educacional, em 1931, que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos, que era, até então, ministro da Educação no país; regulamentando o funcionamento e a cobrança da anuidade nas universidades (MARTINS, 2002).

Apesar do funcionamento da educação superior desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, de acordo com Pereira e Kern (2017), somente em 1934 é que foi criada a primeira instituição de ensino superior no país: a Universidade de São Paulo.

Em 1937, ocorreu um golpe de estado e Getúlio Vargas proclamou uma nova Constituição. Durante o Estado Novo ocorreram alguns fatos importantes para a educação no Brasil: criação do Instituto Nacional de Pedagogia, depois renomeado como Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); criação da União Nacional dos Estudantes (UNE); em 1942, criação das Leis Orgânicas do Ensino (NASCIMENTO et al., 2012).

Com o fim do Estado Novo, o então ministro Clemente Mariano criou uma comissão com o objetivo de elaborar um projeto: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (NASCIMENTO et al., 2012). Uma nova Constituição foi adotada, de acordo com Brasil (1946), foi estabelecido: “art. 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.”

Em 1950, Getúlio Vargas retornou à presidência do país. Decidiu-se pela equivalência dos cursos técnicos ao nível secundário e isso fez com que o ensino médio se expandisse, o que representaria um aumento na demanda pelo ensino superior (NASCIMENTO et al., 2012).

Com o aumento da demanda pelo ensino superior, no início dos anos 1960, haviam estudantes excedentes e estes reivindicavam por vagas nas universidades, o que resultou na abertura de faculdades no período noturno. Os cursos noturnos, que representam hoje a maior parcela do número de matrículas, existem há menos de 50 anos (BARREIRO; FILHO, 2007).

Entre 1964 e 1985, nos anos da ditadura militar, de acordo com Mansan (2012), houveram momentos de coerção e outros de formação de consensos. Isso afetou os modos de controle que eram aplicados na educação superior da época. Para o autor, Mansan (2012, p. 5), o controle coercitivo pode ser entendido como: “[...] um dos meios pelos quais uma determinada ordem social é estabelecida e mantida. Para tanto, são definidas normas para a manutenção dessa ordem, muitas vezes na forma de leis.”

Porém, apenas a normatização não é suficiente, pois é ineficaz estabelecer regras e não verificar se estão sendo cumpridas. Então faz-se necessário vigiar os indivíduos. E ainda, se o

sujeito conhece as regras, é vigiado e mesmo assim as descumpre, é necessário que haja uma punição, que é o aspecto mais evidente do controle coercitivo (MANSAN, 2012).

Dentro do contexto da ditadura militar, várias punições foram utilizadas perante as universidades, para controlar o campo da educação superior; de acordo com Mansan (2012), algumas se destacaram, dentre elas: intervenções e fechamentos de órgãos de representação estudantil e sindicatos de professores ou funcionários; proibições a passeatas e outras manifestações públicas; expulsões, prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos de estudantes e professores das universidades.

Esse período representou para a educação grandes perdas e grandes conquistas, de acordo com Nascimento et al. (2012), a mesma passou por duas grandes reformas, em 1968 e 1971, que visavam fazer o modelo de educação brasileira parecido com o modelo norte-americano, e ambas geraram também modificações na Lei de Diretrizes e Bases.

De acordo com Motta (2008), as universidades eram fundamentais no “planejamento estratégico” dos militares, pois era onde se formavam as futuras elites e técnicos da gestão econômica. Devido a isso, o regime precisava do apoio dos dirigentes das mesmas, e como esta faz parte da estrutura do Estado, havia meios de conseguir esse apoio, pois quem não colaborasse poderia ser punido.

Para Nascimento et al. (2012), é perceptível que a educação nessa época tinha o objetivo de controle social:

Numa visão crítica é possível perceber que as mudanças educacionais implantadas entre as décadas de 60 e 70 tiveram notoriamente o objetivo de controle social e, ao mesmo tempo de beneficiamento de instituições que na maioria das vezes preocupavam-se exclusivamente em “tirar proveito” da situação política da época (NASCIMENTO et al., 2012, p. 10).

Após a ditadura, as primeiras eleições diretas foram em 1989, quando foi eleito o presidente Fernando Collor de Melo. Em seu mandato foram lançados o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, e os CIAC's (Centros Integrados de Atenção à Criança), os quais não foram implantados; a política educacional do governo Collor resumiu-se a decidir preços das mensalidades das escolas privadas (SAVIANI, 2018).

Fernando Collor passou por um processo de impeachment e foi substituído pelo vice-presidente Itamar Franco, em outubro de 1992. Durante seu governo, ele lançou o Plano “Educação para todos”, o qual visava atingir os objetivos de eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. Outra realização desse governo, foi o fechamento do

Conselho Federal de Educação e criação do Conselho Nacional de Educação (SAVIANI, 2018).

De acordo com Carvalho (2006), nos anos 90 o Banco Mundial exercia influência na política educacional. Apontava-se a necessidade de uma reforma, para dar racionalidade e eficiência ao sistema. Alguns conceitos foram acrescentados à agenda de reformas: avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, flexibilização, privatização.

No governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, foi apresentado um projeto de autonomia às universidades públicas, o qual consistia em mudar o status das universidades públicas para “organizações sociais, entidades públicas não estatais, fundações de direito privado ou sociedades civis sem fins lucrativos”. A relação destas organizações com o Estado seria através de um contrato (CARVALHO, 2006, p. 3).

A educação brasileira adquiriu mudanças com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de acordo com Nascimento et al. (2012), que foi sancionada em 1996, pelo então presidente FHC e pelo ministro da educação Paulo Renato:

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1996).

A política pública para o ensino superior, nesse governo, parecia indicar maior aproximação com os conceitos neoliberais. Pode-se observar uma aproximação da parceria público/ privada, pelo aumento de cursos pagos de extensão e também pela relação próxima entre as fundações privadas e as universidades públicas. Uma das principais críticas ao governo FHC é a ineficiência das universidades públicas (CARVALHO, 2006).

Em 2003, após dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, Lula assumiu a presidência da república. Em 2004, foi criado o Programa Universidade para Todos (Prouni) e institucionalizado, pela Lei nº 11.096, em 2005, ele tem como objetivo conceder bolsas de estudos em cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, e para as universidades privadas que aderem ao programa o governo isenta alguns tributos fiscais (PEREIRA; KERN, 2017). De acordo com Neves (2012), desde sua criação, o programa ofertou 1.128.718 bolsas, das quais 748.788 foram ocupadas.

A principal política para o ensino superior, criada em 2007, foi o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão para as Universidades Federais (Reuni), o objetivo

do mesmo era a expansão do acesso, ampliação das matrículas e da permanência nas universidades federais (NEVES, 2012).

De acordo com o MEC (2010), as ações do programa contemplam, além do aumento de vagas, a ampliação dos cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, dentre outras metas que têm o objetivo de amenizar as desigualdades sociais no país. O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE):

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007).

Além do Reuni, o Plano de Desenvolvimento da Educação introduziu na rede pública o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e na rede privada o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) (FERREIRA, 2019).

Em 2011, Dilma Rousseff assumiu a presidência da república. De acordo com Ferreira (2019), a então presidente deu continuidade ao processo de expansão da educação superior do governo Lula. A política mais importante criada para o ensino superior público, em seu governo, foi a política de cotas. A Lei de Cotas, nº 12.711, foi aprovada em agosto de 2012:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

Essa política determina que as Universidades, Institutos e Centros federais reservem 50% de suas vagas para os estudantes vindos de escolas públicas; dentre essas vagas, há reserva destinada a estudantes negros e indígenas. A primeira universidade do Brasil a implementar essa política foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 2003 (GUARNIERI; SILVA, 2017).

Em 2016, com Michel Temer na presidência, após o impeachment de Dilma Rousseff, foi publicada pelo Ministério da Educação, a Portaria Normativa nº 20, que regulamentava a necessidade das instituições de ensino superior reduzirem sua oferta de vagas, “na linha da

desestabilização da garantia do direito à educação e de contenção de gastos ao ajuste financeiro” (MELO; SOUSA, 2017, p. 33).

Recentemente, em 2019, a presidência da república foi assumida por Jair Bolsonaro. Para Cruz (2019), em suas propostas, o atual presidente demonstrou pouco conhecimento acerca do assunto educação e apresentou soluções insuficientes, considerando-se a complexidade do tema.

Percebe-se que as universidades foram construídas pelas elites e ocupadas por elas. As pessoas das classes populares, por muitos anos não tiveram oportunidade de ingressar no ensino superior e ainda hoje têm oportunidades escassas, essa desigualdade permeia a sociedade ao longo dos anos.

2.3 Ingresso, permanência e camadas populares

As universidades têm sido espaços ocupados majoritariamente pelas pessoas das elites, “detentoras do capital econômico, social e cultural”, que utilizam essas instituições para legitimar a posição que ocupam na sociedade e para aumentar a influência que já exercem na mesma (TREVISOL; NIEROTKA, 2016, p. 23).

Devido à grande demanda por vagas, os cursos das universidades públicas, se tornam muito “seletivos”, principalmente aqueles que têm maior “status social” e que são vistos como os que garantem maior “ascensão social”. Isso faz com que as pessoas de camadas populares tenham mais dificuldades para ingressar no ensino superior público, em especial nos cursos mais concorridos. Portanto, restam para as mesmas os cursos menos concorridos ou a possibilidade de cursar em uma instituição privada (OLIVEIRA; BITTAR; LEMOS, 2008, p. 8).

Quando uma pessoa da camada popular ingressa em uma universidade privada, parte da renda familiar é destinada à sua permanência no curso. Geralmente, é necessário que ela trabalhe e que tenha o apoio da família para pagar as mensalidades, caso contrário, passa a fazer parte das estatísticas de evasão (OLIVEIRA; BITTAR; LEMOS, 2008).

A democratização do acesso ao ensino superior, sobretudo dos jovens das camadas populares, começou a ter visibilidade há poucos anos, favorecendo políticas públicas e ações afirmativas, como a Lei de Cotas (TREVISOL; NIEROTKA, 2016).

O surgimento do ensino superior noturno no Brasil está relacionado com a popularização do ensino a partir da década de 1930. Porém, no período de 1822, já haviam as primeiras ofertas de ensino noturno. É entre 1989 e 1930 que ocorre a estruturação de escolas

para atender pessoas inseridas no mercado de trabalho (OLIVEIRA; BITTAR; LEMOS, 2008).

No início dos anos 1960, os estudantes reivindicavam por mais vagas nas universidades, o que proporcionou a abertura de faculdades no período da noite, principalmente no setor privado. Durante o regime militar, o vestibular foi unificado em todo o país, foi instituído o ensino de 2º grau (atual ensino médio) profissionalizante e criado o “Programa de Crédito Educativo”, como medidas para solucionar as pressões por vagas no ensino superior. Desde então, a categoria de estudante trabalhador vem sendo ampliada. O termo “estudante trabalhador” é dado aos estudantes do ensino superior que já estão inseridos no mercado de trabalho (OLIVEIRA; BITTAR; LEMOS, 2008, p. 10).

Historicamente, essas pessoas têm sido atendidas pelo ensino superior noturno, principalmente pelas instituições particulares, pois são as que oferecem maior número de vagas nesse período. O esforço dos estudantes dos cursos noturnos é ainda maior do que o dos estudantes dos outros turnos, pois a maioria enfrenta a sala de aula após uma longa jornada de trabalho (OLIVEIRA; BITTAR; LEMOS, 2008).

Pode-se compreender o ensino superior noturno no Brasil, a partir da história do acesso ao mesmo através das reformas que ocorreram na educação, tendo por base categorias como: “democratização e universalização do ensino, igualdade de oportunidades, qualidade de ensino, avaliação, dentre outras”. Nesse sentido, Oliveira (1994, citado por Oliveira, Bittar e Lemos, 2008, p. 4), estabelece quatro fases que retratam o processo de “democratização” ou “universalização” do acesso ao ensino superior no Brasil:

a) “A fase da democratização restrita (até 1930)”: ocorreu até o início do governo Vargas, onde o ensino superior continuava restrito à elite brasileira.

b) “A fase da democratização populista (1930 a 1964)”: ocorreu nesse período um processo de expansão do ensino superior, o número de instituições cresceu, principalmente as públicas. Desde o fim do governo Vargas, aconteceu a federalização das instituições de ensino superior, a equivalência dos cursos de nível médio, criação de novas universidades; a educação passou a ser vista como direito de todos.

c) “A fase da democratização autoritária (1964-1984)”: nessa fase foram criadas medidas para conter o crescimento do ensino superior e em parte para atender sua demanda.

d) “A fase da democratização relativa (a partir de 1980)”: com a Constituição de 1988, as instituições passaram a ter autonomia para realizar seus vestibulares. Houve uma diversificação nos processos seletivos para a entrada nas universidades.

A partir de então, alguns programas foram criados para ajudar os estudantes de baixa renda a financiarem seus estudos, e também os que se encaixavam no perfil de “estudantes trabalhadores”. Em 1975, foi criado o Programa Crédito Educativo, que em 2001, foi substituído pelo Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES). Em 2005, foi criado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que concede bolsas de estudo em instituições privadas, a pessoas de baixa renda (OLIVEIRA; BITTAR; LEMOS, 2008, p. 255).

Apesar dos esforços, o “estudante trabalhador” pode não conseguir alcançar seus objetivos por inúmeros motivos: não conseguir pagar as mensalidades; não acompanhar o curso devido à alguma defasagem no processo educativo; não conseguir ingressar no mercado de trabalho; ou não alcançar a melhoria esperada na qualidade de vida (OLIVEIRA; BITTAR; LEMOS, 2008, p. 255).

Diante da condição de “estudante trabalhador”, alguns precisam trocar “horas de estudo” por “horas de trabalho”, pois precisam satisfazer suas necessidades pessoais e financeiras, para que assim possam concluir seu curso superior. E por isso, o ingresso na universidade não é garantia de permanência e esta não é garantia de bons resultados (SOUSA; PORTES, 2011, p. 13).

O estudante de origem de uma camada mais popular, precisa dividir seu tempo entre essas duas atividades e isso é um grande desafio, que pode comprometer a qualidade da sua formação e resultar na sua saída precoce da universidade. Essa situação retrata a injustiça para o estudante trabalhador, se comparado ao estudante que se dedica exclusivamente aos estudos, que, geralmente, vem de uma camada social mais favorecida e tem condições mais favoráveis ao êxito na universidade (NUNES; VELOSO, 2016).

Diante dessas dificuldades, existem vários elementos importantes que colaboram para a permanência do estudante na universidade. A concepção de que o apoio à permanência deve ser apenas associado ao apoio financeiro é insuficiente, pois existem vários outros fatores como o bem-estar e a adaptação do aluno ao curso, que também se fazem importantes para que o mesmo continue na universidade (NUNES; VELOSO, 2016).

Um aspecto importante para a permanência do aluno é a assistência estudantil, que de acordo com Vasconcelos (2010), tem a finalidade de disponibilizar recursos para os estudantes de baixa condição socioeconômica, para que estes possam desenvolver e finalizar seus cursos de graduação com um bom desempenho curricular. A assistência também tem como objetivo reduzir as taxas de evasão e abandono dos cursos. Mas nem sempre ela é

suficiente para que o aluno se forme, principalmente o estudante trabalhador, que muitas vezes tem de escolher entre o trabalho e o estudo.

Outro fator importante que colabora com a permanência, para Bourdieu (2007, citado por NUNES; VELOSO, 2016, p. 54), é a família, que é como um “fio condutor” na vida do estudante e esses laços influenciam em sua rotina estudantil. O apoio familiar nos níveis de ensino anteriores ao ensino superior é essencial para a permanência do estudante na universidade. Os fatores culturais são mais determinantes para a permanência do que os fatores econômicos.

Além disso, a democratização da educação não se trata apenas do ingresso e da permanência do estudante das camadas menos favorecidas na universidade, mas também da qualidade dos cursos oferecidos a eles. De acordo com Sobrinho (2013, p. 14), se a oferta de cursos é de qualidade baixa e as condições de permanência são precárias, ocorre uma “democratização excludente”, pois independente da classe econômica todos têm direito a educação de qualidade.

Para discutir sobre a permanência do estudante é necessário identificar as dificuldades que influenciam na desistência e evasão do mesmo. O apoio que o estudante precisa, deve ser definido mediante políticas e projetos, para que o acesso à educação superior seja garantido. As políticas de expansão do número de vagas devem estar vinculadas com as políticas de apoio à permanência dos alunos (NUNES; VELOSO, 2016).

De acordo com Sobrinho (2013, p. 8), a educação é um bem público, pois tem como finalidade a formação de cidadãos, o aperfeiçoamento da cidadania e da democratização da sociedade. E por isso é da responsabilidade de todos e precisa ser acessível a todos. Por ser um bem público, a educação se baseia nos princípios de “equidade, solidariedade e inclusão”.

Porém, de acordo com Lima e Melo (2011, citado por VARGAS; PAULA, 2013, p. 479), o sistema de educação superior no Brasil é estruturado para o estudante em tempo integral e não para o “estudante trabalhador” e o “trabalhador estudante”. Os cursos com maior prestígio social têm poucas ou nenhuma vaga no período noturno, e os que são oferecidos têm sido considerados inadequados.

A busca dos trabalhadores por educação no período noturno continua dos anos 1980 até os dias atuais em todo o Brasil. De acordo com Oliveira, Bittar e Lemos (2008), isso acontece pelo fato de que o ensino superior representa para a população uma possibilidade de mobilidade e ascensão social, bem como uma melhoria do poder aquisitivo:

[...] o que faz com que as famílias e os jovens das camadas menos favorecidas façam um esforço financeiro muito grande para assegurar que pelo menos alguns jovens possam romper o ciclo vicioso da posição de classe e de exclusão social, acreditando que o diploma lhes trará oportunidades de ingresso e permanência no mercado de trabalho, bem como uma melhoria significativa do poder aquisitivo (OLIVEIRA; BITTAR; LEMOS, 2008, p. 249).

A inclusão dos “estudantes trabalhadores”, para Bittar, Almeida e Veloso (2008, p. 299), é excludente, pois a maior parte do acesso ao ensino superior acontece através das instituições privadas, e quando acontece pelas públicas as alternativas são restritas a alguns cursos, devido ao fato de trabalharem durante o dia e só terem o horário da noite para se dedicarem aos estudos. Ela ainda conclui que pode-se considerar a educação superior e a sociedade brasileira, ainda nos dias de hoje, elitista e excludente:

Colocar no jovem a responsabilidade de enfrentar individualmente a difícil corrida pelo acesso a uma vaga, especialmente pública, é deixar de reconhecer as contradições inerentes à sociedade desigual e excludente, como a brasileira, que figura entre os países da América Latina com um dos mais baixos índices de desenvolvimento educacional (BITTAR; ALMEIDA; VELOSO, 2008, p. 300).

O nível socioeconômico é fundamental para entender o impacto da desigualdade social na educação, pois nem todas as camadas sociais sofrem da mesma maneira: as camadas populares sofrem mais (FREITAS, 2007).

Para que aconteça a efetiva democratização na educação são necessárias políticas que favoreçam a permanência dos estudantes trabalhadores, pois apesar de existirem políticas públicas que proporcionam a expansão do acesso, a educação superior ainda é elitizada. O setor privado é a principal porta de entrada para os estudantes trabalhadores e quando eles têm acesso às instituições públicas, este é restrito a alguns cursos. Programas de acesso, permanência e manutenção são imprescindíveis para que haja uma efetiva democratização na educação superior (BITTAR; ALMEIDA; VELOSO, 2008; BITTAR; OLIVEIRA, 2009).

Após a apresentação do conteúdo teórico, será apresentada a metodologia da pesquisa: como ela se caracteriza, como foi realizada, e depois, serão apresentados os resultados das entrevistas e a discussão acerca do assunto.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e se caracteriza como estudo de caso, pois busca analisar de que forma os cursos superiores noturnos, Administração Pública, Direito e Pedagogia, de uma instituição de educação superior de Minas Gerais, se constituem como oportunidade para que trabalhadores possam se formar no ensino superior.

De acordo com Godoy (1995), o estudo de caso é um tipo de pesquisa em que o objeto é algo que se analisa profundamente; pretende-se investigar detalhadamente um ambiente, uma situação ou até mesmo um sujeito. Na presente pesquisa, o caso que se pretende estudar de forma aprofundada, é o processo de formação dos estudantes trabalhadores matriculados nos cursos anteriormente citados de uma universidade pública.

O estudo de caso é um tipo de pesquisa qualitativa, que de acordo com Neves (1996, p. 1), se identifica como uma pesquisa na qual o pesquisador tem “contato direto e interativo” com o objeto de estudo e procura entender os fatos através da perspectiva dos participantes da situação analisada e, a partir disso, faz sua própria interpretação e análise dos dados.

Além disso, também se identifica como uma pesquisa descritiva, que tem como objetivo a descrição das características de alguma população ou situação. Como técnicas de coleta de dados, na pesquisa descritiva, podem-se utilizar “questionários e observação sistêmica” (GIL, 2002, p. 1).

A coleta de dados foi feita através da aplicação de questionário semiestruturado (APÊNDICE A), enviado por e-mail para os estudantes, com um roteiro de perguntas abertas e fechadas, previamente formulado. Utilizou-se a técnica bola de neve, em que os participantes são escolhidos por acessibilidade ou conveniência. De acordo com Vinuto (2014), é uma forma de seleção de indivíduos não probabilística. É adequada para estudar grupos de difícil acesso ou com pessoas desconhecidas. Nessa pesquisa, para identificar os estudantes trabalhadores dos cursos noturnos estudados, foi utilizada esta estratégia metodológica, uma vez que não se tinha acesso à informação sobre quem eram os estudantes trabalhadores dos referidos cursos. E dada à declaração da Pandemia de COVID-19 no Brasil, foi necessária uma mudança na forma de coletar dos dados, ao invés de entrevistas presenciais, foram feitas através do questionário enviado por e-mail aos alunos.

A técnica funciona da seguinte maneira: para iniciar é necessário que se encontre informantes, chamados de “sementes”, para que estes ajudem o pesquisador a localizar pessoas com o perfil desejado para a pesquisa; depois as pessoas indicadas pelos “sementes” indicam novos contatos ao pesquisador e assim por diante (VINUTO, 2014, p. 203).

Os dados coletados na pesquisa foram interpretados por meio da análise de conteúdo, que é uma forma de tratamento de dados em pesquisas qualitativas. De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo é:

um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados [...] Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade [...] (Bardin, 2011, p. 9).

Ou seja, o pesquisador procura entender as “características, estruturas ou modelos” que estão por trás das mensagens; o esforço é duplo: entender a mensagem e buscar outros significados para a mesma (CÂMARA, 2013, p. 182).

Os dados coletados foram agrupados em categorias estabelecidas a partir do referencial teórico. Para análise, de tais dados, foram construídas quatro categorias.

Na primeira categoria “Perfil dos estudantes”, tem-se o intuito de identificar o perfil socioeconômico dos entrevistados e entender qual o motivo de terem que conciliar trabalho e estudo. Entender como o trabalho influenciou na escolha do curso, quais seus objetivos e qual o impacto o ensino superior terá em suas vidas. Na segunda categoria, “Percepção dos estudantes acerca do ensino superior”, serão analisadas as percepções dos estudantes trabalhadores quanto ao papel da universidade no seu processo de formação, sobre o ensino superior e o curso escolhido.

Já na terceira categoria “Dificuldades encontradas pelos estudantes para permanecer no ensino superior”, como o próprio nome diz, serão discutidas as principais dificuldades percebidas por eles ao longo do processo de formação, relacionadas ao fato de serem trabalhadores e, por fim, na quarta categoria “Táticas adotadas pelos estudantes para permanecer no ensino superior”, serão analisadas as alternativas construídas por eles para conciliar trabalho e estudos ao longo do processo de formação universitária.

Tais categorias servirão de base para a análise dos dados que serão apresentados e discutidos no tópico seguinte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do suporte teórico juntamente com o material coletado dos questionários feitos pelos alunos de uma instituição federal, será discutido se os cursos das instituições federais se constituem como oportunidade para que estudantes trabalhadores se formem em cursos superiores. É uma discussão necessária para entender se há igualdade de oportunidades para os alunos nas universidades federais.

4.1 Perfil dos estudantes

As entrevistas foram realizadas com 20 estudantes, de três cursos noturnos, de uma IFES de Minas Gerais. Foram entrevistados 6 alunos do curso de Administração Pública, 6 do curso de Direito e 8 do curso de Pedagogia. De forma geral, a partir dos dados coletados relacionados à renda familiar, pode-se perceber que são estudantes de classe média e classe popular que, de acordo com o IBGE, recebem entre um e dez salários mínimos. Não há grande diferença no perfil socioeconômico dos entrevistados em relação aos cursos que fazem, são todos estudantes trabalhadores que, morando com os pais ou não, trabalham para ajudar na renda familiar e para ter independência financeira.

A partir dos dados coletados, foi possível identificar que os estudantes trabalhadores não podem se dedicar integralmente aos estudos porque têm necessidades financeiras para manter suas despesas e continuar estudando. Normalmente, ocupam postos de trabalho que não guardam nenhuma relação profissional com o curso superior escolhido por eles; e a escolha pelo curso, muitas vezes, se dá por este ser oferecido em horário noturno, o que viabiliza conciliar o horário do trabalho com o horário das aulas.

O acesso aos cursos oferecidos em tempo integral não é possível para os trabalhadores estudantes, quem precisa trabalhar jamais terá acesso a cursos como medicina, engenharia, odontologia, dentre outros que têm maior status e prestígio social. É determinado pelas condições econômicas do estudante que ele não se encaixa em determinados cursos, pois precisa conciliar o trabalho aos estudos (MESQUITA; CARNEIRO; SIQUEIRA, 2012).

Os alunos do curso de Administração Pública, disseram ter que trabalhar pelo fato de precisarem ajudar no sustento de suas famílias, por não terem o privilégio de poder se dedicar apenas aos estudos; e alguns por procurarem independência financeira, para não sobrecarregarem a família com seus gastos. Duas entrevistadas já trabalham na área pública,

uma delas teve essa oportunidade durante a graduação e a outra já trabalhava na área, quando conheceu o curso e decidiu se graduar.

Já os alunos do curso de Direito, relataram ter de trabalhar devido à condição financeira de suas famílias, por procurarem por independência financeira e também, pelo fato de conseguirem trabalho em um horário no qual seria possível conciliar as duas atividades: trabalho e estudo. E os alunos do curso de Pedagogia, também relataram ter de trabalhar devido à dificuldade financeira de suas famílias, por não terem condições de manter os alunos morando na cidade onde estudam e pelo desejo de ter certa independência para poder suprir, pelo menos, os próprios gastos.

Para muitas pessoas, estudar em cursos no período noturno é a única opção, caso queiram ingressar no ensino superior, pois precisam trabalhar durante o dia, e o ensino superior possibilitará a essas pessoas melhores condições de permanência no mercado de trabalho. “As condições que possibilitam o acesso, a permanência e a formação do trabalhador estudante constituem elementos determinantes no processo de formação profissional” (MESQUITA; CARNEIRO; SIQUEIRA, 2012, p. 54).

Um ponto importante a ser destacado, é a relação entre o curso e o trabalho dos estudantes. Com base nos dados coletados, em geral, a escolha do curso não tem a ver com a função que eles exercem. Dentre os alunos do curso de Administração Pública, apenas dois disseram que o trabalho influenciou na escolha pelo curso de graduação, por serem diretamente relacionados. Dentre os alunos do curso de Direito, apenas um, afirmou existir relação do curso com o seu trabalho. Em relação aos alunos do curso de Pedagogia, dois entrevistados disseram já ter tido contato com a área de atuação profissional, outro estudante destacou que o emprego influenciou na escolha, por causa do horário em que o curso é ofertado, mas não que o desempenho de suas atividades profissionais tenham relação direta com o campo de atuação do pedagogo.

Com essa jornada dupla diária, os estudantes trabalhadores do curso de Administração Pública, relataram já ter pensado em parar de trabalhar devido ao cansaço físico, mental, à pressão, ao desgaste e aos períodos difíceis pelos quais passam na graduação. Alguns relataram nunca ter pensado nessa possibilidade pelo fato de não ser uma opção, pois precisam de seus trabalhos para se sustentarem. Para os alunos do curso de Direito, em sua maioria, também não é uma possibilidade parar de trabalhar, mas um entrevistado relatou já ter pensado nisso, pelo fato de não conseguir aproveitar todas as oportunidades que a universidade oferece e também relatou que percebe que o trabalho prejudica suas notas e seu aprendizado. No caso dos alunos do curso de Pedagogia, em sua maioria, também não é uma

possibilidade parar de trabalhar; alguns relataram já terem pensado nisso por terem vontade de participar de eventos, pesquisas e se dedicarem somente à sua formação.

O trabalho tornou-se essencial para que consigam permanecer no ensino superior e a formação acadêmica tem sido um “diferencial competitivo” no mercado de trabalho, o que tem aumentado a procura pelo ensino superior, e para alguns há a necessidade de se manter trabalhando e estudando (SALGADO; SIQUEIRA; SALGADO, 2016, p. 37).

Esses estudantes têm a necessidade de conciliar essas duas atividades essenciais, não só pela condição financeira, mas também porque têm muitos objetivos a serem alcançados. Os alunos do curso de Administração Pública, relataram ter como objetivos obter estabilidade financeira, alcançar a realização pessoal, poder abrir um negócio próprio, fazer a diferença por onde forem ou na cidade onde nasceram e poder compreender melhor o mundo onde vivem.

Já os estudantes do curso de Direito, objetivam ter uma vida melhor, financeiramente, um bom emprego, ajudar suas famílias, serem aprovados em concursos públicos ou seguir carreira acadêmica e ajudar a sociedade a progredir. Os alunos do curso de Pedagogia, além de ter uma vida melhor, desejam ser professores, se especializar, fazer mestrado, doutorado, passar em concursos, e também fazer a diferença na sociedade: um deles relatou que acredita no poder transformador da educação.

Pode-se perceber, que os entrevistados trabalham para atender suas necessidades financeiras, que apesar da vontade de se dedicarem somente aos estudos as condições não permitem que o façam. É exigido desses estudantes um esforço maior, devido ao fato, de que eles enfrentam a sala de aula após seu expediente no trabalho, exaustos e desgastados, se torna mais difícil dedicar-se ao curso, o que afeta negativamente seu desempenho acadêmico e possivelmente a conquista do diploma.

Como apontam Oliveira, Bittar e Lemos (2008), o esforço dos estudantes dos cursos noturnos é ainda maior do que o dos estudantes dos outros turnos, pois a maioria enfrenta a sala de aula após uma longa jornada de trabalho. Um dos entrevistados relatou que devido ao cansaço, sente que não consegue absorver toda a matéria que é ensinada em sala de aula; outro relatou que tem seu rendimento prejudicado, também devido ao cansaço.

Por fim, cabe destacar que os entrevistados trabalham devido à necessidade de ajudar no sustento de suas famílias. Normalmente, a escolha do curso superior não tem a ver com sua área de trabalho e a maioria não tem a possibilidade de parar de trabalhar para se dedicar somente aos estudos. Seus objetivos, na maior parte dos casos, independente de cursarem licenciatura ou bacharelado, se baseiam em ter uma vida mais estável financeiramente:

conseguir um bom emprego, e assim, alcançar estabilidade financeira, realização pessoal e ajudar suas famílias.

No tópico seguinte, serão analisados os dados referentes às percepções dos estudantes sobre o processo de graduar-se, tendo que conciliar trabalho e estudos.

4.2 Percepção dos estudantes acerca do ensino superior

Com base nos dados coletados, foi possível analisar como os estudantes trabalhadores percebem o ensino superior, a universidade que escolheram e seus respectivos cursos. Para eles, o ensino superior é visto como possibilidade de melhora na condição de vida, de ascensão social e financeira, e também como a realização de um sonho: os estudantes almejam conseguir um bom emprego, ter oportunidades (diferente dos pais, que não puderam frequentar um curso de nível superior); alcançar estabilidade financeira fazendo o que gostam e com a possibilidade de ajudar suas famílias e obter independência financeira.

Independente do curso que escolheram, Administração Pública, Direito ou Pedagogia, os estudantes percebem o ensino superior como uma possibilidade de melhoria na condição de vida. Eles disseram ter decidido ingressar em uma universidade devido ao incentivo que tiveram por parte de suas famílias, a fim de conseguir um bom emprego, alcançar estabilidade financeira, com o objetivo de mudar suas perspectivas de vida e também em busca de uma melhora no nível profissional e intelectual. Tal fato também foi percebido por Oliveira et al. (2008), em seus estudos. Segundo os autores, o ensino superior está associado à ideia de ascensão, prestígio e poder, principalmente pelas classes populares.

Outra análise necessária é em relação à escolha que os estudantes fizeram pelo curso e pela universidade. Os alunos do curso de Administração Pública explicitaram que sua escolha deve-se ao fato de trabalharem ou já terem tido alguma experiência na área pública, e por isso, objetivam aprimorar seus conhecimentos. Outros querem abrir seu negócio próprio; e também, relataram que a área de atuação é extensa e que identificam-se com o curso.

Para os alunos do curso de Direito, a escolha se deve ao grande número de oportunidades possíveis. Além disso, consideram que seja um curso que poderá proporcionar estabilidade financeira. Já os alunos do curso de Pedagogia disseram que este oferece muitas oportunidades no mercado de trabalho; que identificam-se com a área da educação e os que já atuam profissionalmente na área desejam dar continuidade e aprimorar seus conhecimentos.

Em relação à escolha pela universidade, os estudantes do curso de Administração Pública, disseram que a escolha se deu pelo fato de ser uma instituição prestigiada, uma

referência nacional e também pela proximidade em relação à cidade onde moram. Os estudantes do curso de Direito, escolheram pelo fato de ser acessível em questão de localização, em relação à cidade onde moram; pelo fato de considerarem que a cidade tem um custo de vida baixo e por ser uma universidade gratuita e de grande prestígio. Os alunos do curso de Pedagogia, relataram ter escolhido a mesma por ser próxima a cidade onde moram, por ser gratuita e por ser considerada uma ótima universidade.

Apesar da dificuldade em conciliar trabalho e estudos, parte dos entrevistados do curso de Administração Pública, relataram nunca ter pensado em parar de estudar, isto porque eles consideram o ensino superior uma oportunidade que poucas pessoas alcançam, e também por avaliarem como um privilégio estar em uma universidade pública. Outros disseram já ter pensado em desistir, devido ao fato de ser difícil e concorrido conseguir um bom emprego nessa área, por não visualizarem os salários como atrativos e por se sentirem insatisfeitos com o mercado de trabalho, e uma entrevistada relatou já ter pensado em parar de estudar por causa de dificuldades pessoais enfrentadas.

Para os alunos do curso de Direito, em sua maioria, parar de estudar não é uma possibilidade; alguns relataram já ter pensado em parar e procurar por uma carreira mais promissora, que não foi explicitada. Os alunos do curso de Pedagogia, também demonstraram não ter a intenção de desistir do curso, consideram o curso superior muito importante nos dias de hoje.

Além disso, os estudantes acreditam que o ensino superior possa impactar suas vidas e de suas famílias, de maneira positiva. Os alunos do curso de Administração Pública, acreditam na possibilidade de terem melhores oportunidades no mercado de trabalho, alcançarem uma estabilidade e independência financeira, na mudança da perspectiva social. Disseram que o ensino superior é capaz de expandir os horizontes e questionar as verdades nas quais se acredita, assim fazendo com que levem um pouco de todo o aprendizado para suas casas. Os alunos do curso de Direito, acreditam no impacto financeiro que o ensino superior terá em suas vidas e também na construção do senso crítico acerca de vários assuntos. Os alunos do curso de Pedagogia, acreditam que o ensino superior irá proporcionar estabilidade profissional e financeira, informação, aprendizado e também será um incentivo para as gerações mais novas.

Os entrevistados também foram questionados acerca de sua percepção sobre o papel da universidade para que consigam permanecer no ensino superior. Os alunos do curso de Administração Pública, disseram que sim, pelo fato da universidade disponibilizar serviços como o restaurante universitário, que oferece refeições com um baixo custo para os estudantes

e também o transporte interno, que faz o deslocamento dos alunos de forma gratuita dentro da universidade.

Em relação aos alunos do curso de Direito, houveram opiniões distintas, um deles disse que ajuda, pelo fato de existir o serviço do restaurante universitário e pela universidade ser pública, porém, a maioria disse que a universidade não auxilia em sua permanência, pois os professores não se importam com o fato de que os alunos trabalham e exigem que vão à universidade em horários nos quais estão trabalhando.

Dentre os alunos do curso de Pedagogia, também houveram opiniões distintas: alguns falaram que os professores são muitos compreensivos com os estudantes trabalhadores, destacaram que as atividades oferecidas no curso são incentivadoras e que a universidade auxilia com bolsas, com o restaurante universitário e com o transporte interno gratuito. Outros discordaram; um dos alunos destacou que o universo acadêmico é “punitivo e segregador”, ou seja, castiga e segrega essas pessoas que precisam estudar e trabalhar. Um dos entrevistados afirmou ainda que muitos professores não entendem os alunos que precisam trabalhar.

A sociedade é desigual e segrega as pessoas de acordo com a classe social a qual pertencem, a universidade reforça essa desigualdade. Os estudantes trabalhadores são tratados de maneira incompreensível. Podemos observar o relato do entrevistado na ponderação feita pelos autores a seguir: de acordo com Bourdieu e Passeron (1982), a sociedade é desigual a ponto de as instituições que nela estão inseridas reproduzirem essa desigualdade; no ambiente acadêmico as diferenças de seus alunos são reforçadas pois utiliza-se como parâmetro a cultura das classes dominantes (BOURDIEU; PASSERON, 1982, citado por ALMEIDA, 2005, p. 140).

As pessoas que podem se dedicar somente aos estudos são privilegiadas em relação aos estudantes trabalhadores, e isso gera um círculo vicioso, onde cada vez mais as classes privilegiadas são beneficiadas em relação às classes populares e as desigualdades são acentuadas: “os privilégios sociais conseguidos através da educação revelam que a distância entre as classes sociais se acentua ainda mais por meio de sistemas de ensino que fortalecem as desigualdades, jogando por terra o princípio da igualdade” (MESQUITA; CARNEIRO; SIQUEIRA, 2012, p. 59).

Pode-se observar através das falas dos entrevistados que, muitas vezes eles não se sentem pertencentes ao meio acadêmico. A opinião e vivência dessas pessoas, que trabalham pela necessidade e estudam com a intenção de ter uma vida melhor, não é considerada e não tem a devida importância e atenção. Além disso, o sistema não está preparado para acolher os

estudantes trabalhadores, que vão fazendo o possível para se manter realizando essas duas atividades essenciais.

O que se nota é que a percepção dos entrevistados em relação ao papel da universidade na permanência deles no ensino superior, varia um pouco de acordo com o curso que fazem: os alunos de Administração Pública, percebem mais a assistência estudantil como algo que os auxilia, o que pode ocorrer devido ao fato do curso ter como tema central as políticas públicas. Isso está relacionado à permanência material, que são as bolsas e auxílios, disponibilizados aos estudantes, e o serviço de transporte e alimentação com um valor acessível, ou seja, “investimento direto para custear algumas despesas com a vida universitária” (VARGAS; HERINGER, 2017, p. 23).

Já os alunos dos cursos de Direito e Pedagogia, citaram fatos como a falta de atenção dos professores em relação aos estudantes que precisam trabalhar, e com isso a não colaboração para a permanência dos mesmos em seus cursos. O que está relacionado à permanência simbólica, que é a condição para o indivíduo fazer e se sentir parte do grupo, se identificar, ser reconhecido e pertencer ao mesmo; está ligada ao bem estar do estudante, à aproximação do mesmo com a instituição (CARMO; CARMO, 2014); (VARGAS; HERINGER, 2017).

Em relação aos outros temas abrangidos, os entrevistados percebem o ensino superior como uma possibilidade de alcançar estabilidade financeira fazendo o que gostam e com a possibilidade de ajudar suas famílias. A escolha do curso está relacionada com a oferta no mercado de trabalho, com a realização de um sonho e com a afinidade com a área escolhida. A universidade é vista como um privilégio, eles alegaram que pelo fato de que nem todas as pessoas conseguem ter acesso à mesma. Na categoria seguinte, serão analisados os dados referentes às dificuldades enfrentadas pelos estudantes trabalhadores ao longo do seu processo de formação universitária.

4.3 Dificuldades encontradas pelos estudantes para permanecer no ensino superior

Os entrevistados dos três cursos em questão também falaram acerca das dificuldades que eles encontram para se manterem trabalhando e estudando. Os alunos do curso de Administração Pública, relataram que o fato de terem de trabalhar os afeta negativamente no sentido de não poderem dedicar-se somente ao curso. Com isso, têm menos horas para realizar as atividades extraclasse e estudar para as provas, o que prejudica a absorção do

conteúdo e seu desenvolvimento acadêmico. Outro ponto destacado é o fato de não conseguirem participar de projetos e eventos da universidade.

Os estudantes do curso de Direito, relataram sentir dificuldades em cumprir a carga de leitura necessária para acompanhar as aulas. Além disso, acreditam que não possuem tempo suficiente para se preparar para as provas, o que reflete em resultados não satisfatórias. Outro ponto importante é sobre a carga de horas extracurriculares que precisam cumprir para concluir o curso. Muitos não conseguem, participar de empresas juniores, projetos de pesquisa, extensão e núcleos de estudos porque muitas destas atividades acontecem em seu horário de trabalho.

No curso de Pedagogia, os estudantes também falaram sobre a falta de tempo para estudar, e além dos outros fatores, destacaram o quanto se sentem desgastados, cansados e indispostos com a carga de trabalho, o que resulta em uma falta de foco durante as aulas.

Diante da condição de “trabalhador estudante”, alguns precisam trocar “horas de estudo” por “horas de trabalho”, pois precisam satisfazer suas necessidades pessoais e financeiras, para que assim possam concluir seu curso superior. E por isso, o ingresso na universidade não é garantia de permanência e esta não é garantia de bons resultados (SOUSA; PORTES, 2011, p. 528).

Os estudantes relataram se sentir prejudicados em relação ao cumprimento das horas extracurriculares, pois eles não conseguem participar de vários eventos e atividades propostas pelo curso e pela universidade, que acontecem no contraturno. No curso de Administração Pública, disseram não conseguir participar de núcleos de estudo, projetos de pesquisa e de extensão, da empresa júnior do curso, disseram também ter dificuldade de fazer estágios e matérias eletivas. Os alunos do curso de Direito, relataram as mesmas dificuldades e também destacaram não conseguir participar da atlética do curso. Os alunos do curso de Pedagogia, também relataram as mesmas dificuldades e acrescentaram não conseguir participar dos congressos e viagens.

Quanto à oferta de disciplinas eletivas na universidade, os estudantes também se sentem lesados. Dentre os alunos do curso de Administração Pública, apenas um considera a oferta boa, o restante disse que os horários das eletivas coincidem com seu horário de trabalho e algumas com o horário de disciplinas obrigatórias, o que dificulta o cumprimento da matriz curricular proposta pelo curso. Houve uma sugestão de que sejam disponibilizadas mais disciplinas eletivas às 17:00 horas, pois é após o horário de trabalho e antes da primeira aula do turno noturno.

Os alunos do curso de Direito, consideram a oferta de disciplinas boa, porém, com horários que os impedem de fazê-las, já que muitas são no período da manhã ou da tarde. Também houve uma sugestão, para que algumas disciplinas sejam disponibilizadas à distância, para ajudar os alunos que trabalham. Em relação aos alunos do curso de Pedagogia, a oferta de disciplinas eletivas também não foi considerada boa, devido ao mesmo fato de coincidir horários e alguns alunos consideram as disciplinas escassas.

Os entrevistados também foram questionados em relação às dificuldades que tiveram para ingressar na universidade e se estas os prejudicaram após o ingresso. A maioria dos alunos do curso de Administração Pública, relatou ter estudado em escolas públicas e ter tido um ensino defasado, e como as vagas em universidades públicas são muito concorridas, tiveram dificuldade para conseguir uma vaga no curso. Os alunos do curso de Direito, também falaram sobre ter tido dificuldades para conseguir a aprovação no vestibular. Os alunos do curso de Pedagogia, além da dificuldade para ingressar, relataram ter sido difícil arcar com os custos para se manter na cidade e também apontaram como uma dificuldade a falta de motivação.

Os estudantes do curso de Administração Pública e de Direito, relataram que após o ingresso na universidade, também pelo fato de não terem tido uma boa base de ensino, foi necessário estudar paralelamente para conseguir acompanhar as aulas. Por outro lado, os alunos do curso de Pedagogia, disseram que as dificuldades iniciais não trouxeram prejuízos após o ingresso na universidade.

De acordo com Fagundes (2017, p. 113), Bourdieu (1992), “cunha o conceito de capital cultural, o qual se relaciona à herança cultural da família [...] Quando se refere ao capital cultural, o primeiro meio social, a família, define os primeiros gostos, posturas, formas de falar e de certa forma, a familiaridade com o mundo”. E para Silva (1995, p. 25), essa “cultura reflete ou atua sobre as condições de vida dos indivíduos”. Pode-se observar nos relatos dos estudantes, que pelo fato de terem estudado em escolas públicas tiveram dificuldades em ingressar no ensino superior e alguns permaneceram com dificuldades após o ingresso, que evidencia o quanto as instituições têm um importante papel na reprodução da cultura das classes dominantes.

O ingresso no ensino superior é uma parte visível da “seletividade social”; passando por processos de seleção, adotados pelas universidades, que são excludentes, principalmente nas públicas. Apesar dos esforços, o “estudante trabalhador” pode não conseguir alcançar seus objetivos por inúmeros motivos: não acompanhar o curso devido à alguma defasagem no

processo educativo; não conseguir ingressar no mercado de trabalho; ou não alcançar a melhoria esperada na qualidade de vida (OLIVEIRA; BITTAR; LEMOS, 2008, p. 255).

Muitas das dificuldades encontradas pelos estudantes trabalhadores estão relacionadas com sua jornada exaustiva, porém muitas estão ligadas à falta de preparo do sistema em receber e dar apoio e suporte à essas pessoas. Devido a sua rotina, eles têm seu desempenho acadêmico afetado: têm dificuldades para cumprir suas horas extracurriculares, para fazer matérias eletivas, e algumas vezes não conseguem alcançar notas satisfatórias nas disciplinas.

Além das dificuldades citadas, em sua pesquisa Salgado, Siqueira e Salgado (2016, p. 44) concluem que “a conciliação entre o trabalho e estudo visando um futuro melhor, perpassam a vida de muitas pessoas gerando dificuldades e desafios, entre eles a manutenção da qualidade de vida.”

A partir da análise dos dados coletados, é possível observar que os entrevistados, independente do curso que fazem, não conseguem acompanhar o curso e realizar as atividades propostas da mesma maneira que aqueles que são estudantes em tempo integral. São prejudicados em relação às horas extracurriculares, as atividades oferecidas pela universidade e também em relação às matérias eletivas que precisam cumprir. Além disso, chegam às aulas cansados e desgastados, não conseguindo ter foco e disposição para se concentrarem. Relataram também dificuldades enfrentadas para entrar na universidade e para acompanhar suas turmas, devido ao fato de terem a base de estudos defasada. Na categoria seguinte, serão analisados os dados referentes às estratégias adotadas pelos estudantes para permanecerem no ensino superior.

4.4 Táticas adotadas pelos estudantes para permanecer no ensino superior

Para conseguir conciliar as atividades do trabalho e do curso, os alunos do curso de Administração Pública, relataram utilizar como estratégia substituir algumas horas de sono por horas de estudo. Disseram também que utilizam de seu horário destinado às refeições e descanso entre turnos de trabalho e os finais de semana para realizar as atividades do curso e se organizarem ao máximo, estabelecendo rotinas de estudo.

Os alunos do curso de Direito, relataram utilizar todos os momentos de tempo livre para estudar, não deixar matérias acumularem e aproveitar mais o tempo das aulas presenciais. Os alunos do curso de Pedagogia, também relataram utilizar o tempo livre, para se manterem organizados com os estudos e até mesmo fazer atividades do curso enquanto trabalham.

O trabalho e o estudo, realizados simultaneamente, interferem na qualidade de vida dos estudantes, podendo prejudicar seu “desempenho em atividades relacionadas ao aprendizado e também reduzir seu grau de envolvimento com o ambiente acadêmico” (SALGADO; SIQUEIRA; SALGADO, 2016, p. 44).

Diante das adversidades, existem vários fatores que se fazem importantes para que o estudante continue na universidade. Devido à dificuldade de conciliar trabalho e estudo, os estudantes trabalhadores precisam criar estratégias para conseguir realizar as duas atividades (NUNES; VELOSO, 2016).

Como estratégia para passar pelas adversidades, os entrevistados também utilizam algumas táticas: os alunos do curso de Administração Pública, relataram que buscam se manter organizados em relação aos conteúdos, contam com o apoio e incentivo dos familiares, procuram se distrair, ler algum conteúdo alheio às disciplinas e tentam não pensar nas dificuldades pelas quais passam. Os alunos do curso de Direito, disseram que procuram pensar pelo lado positivo, valorizar cada conquista que alcançam e pensar que no futuro todo o esforço valerá a pena. Os alunos do curso de Pedagogia, relataram que estudam nos momentos livres, buscam pelo apoio dos amigos e familiares e que procuram pensar na “recompensa futura”, que é o diploma.

De acordo com Bourdieu (2007), citado por Nunes e Veloso (2016, p. 7), um fator importante que colabora com a permanência, é a família, que é como um “fio condutor” na vida do estudante. O apoio familiar é essencial para a permanência do estudante na universidade. Os fatores culturais são mais determinantes para a permanência do que os fatores econômicos.

Apesar de tudo, os estudantes trabalhadores seguem na busca por cursos de graduação, por seus diplomas e por uma qualidade de vida melhor. O apoio familiar e o esforço dessas pessoas são estratégias essenciais, porém as instituições de ensino também precisam dar suporte à elas, dando visibilidade e importância para a opinião dessas pessoas e com algumas mudanças, como: abertura de disciplinas eletivas à distância e em horários em que os trabalhadores consigam participar; eventos em horários e dias acessíveis para eles; prazos maiores para a entrega das atividades; dentre outras ações que podem ajudar na permanência dos estudantes trabalhadores. Pode-se observar em Pereira, May e Gutierrez (2014, p. 134), o mesmo pensamento, eles afirmam que as universidades devem se constituir como lugares críticos, criando “canais de intervenção concreta” para mudar a realidade que as cercam e que reproduz as desigualdades sociais. E acrescenta que “torna-se urgente a retomada de uma

concepção que enxergue a universidade e a produção do conhecimento como um direito social”.

Os entrevistados, independente do curso, relataram ser cansativo e desgastante conciliar trabalho e estudos, eles utilizam momentos livres no trabalho, perdem horas de sono, de almoço, finais de semana para alcançar esse objetivo. Buscam manter uma rotina de estudos organizada e em dia para conseguirem cumprir todas as atividades da graduação. Muitos disseram utilizar como estratégia buscar apoio da família e de pessoas próximas em momentos de maior dificuldade. Para permanecer no ensino superior, os estudantes trabalhadores relataram se esforçar e aproveitar todo o tempo disponível para estudar e realizar as atividades, não deixando afazeres acumulados e se dedicando para alcançar um desempenho acadêmico que lhe permitam continuar e concluir o curso. Fato que também foi evidenciado por Maier e Mattos (2016, p. 184):

[...] os discentes criam estratégias visando à permanência na graduação, paralelamente ao trabalho, como a troca de turno no trabalho, alteração de local de trabalho e até mesmo abdicação dos finais de semana, período de descanso, em prol de sua formação. Tais fatos alertam para o quão complexo e, muitas vezes árduo, pode ser o percurso do trabalhador-estudante (MAIER; MATTOS, 2016, p. 184).

As autoras destacam que apesar das dificuldades enfrentadas, relativas ao fato de trabalhar e estudar, as instituições também têm sua responsabilidade em relação à qualidade da permanência que é permitida aos estudantes trabalhadores:

[...] apesar das dificuldades relatadas, é possível afirmar que as instituições públicas de educação superior não reconhecem a existência desses trabalhadores-estudantes, pois, embora essa modalidade de ensino lhes seja permitida, a qualidade de sua permanência tende a ser negada (MAIER; MATTOS, 2016, p. 184).

Pode-se observar que, mesmo com as táticas elaboradas e utilizadas pelos estudantes trabalhadores, sua permanência torna-se complexa e difícil, pelo fato de que as instituições públicas de ensino negligenciam tal situação vivenciada por eles, no sentido de não proporcionarem o apoio necessário à sua continuidade e formação. No próximo tópico será feito um fechamento acerca da presente pesquisa e serão feitas as considerações finais sobre a mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender se os cursos noturnos se constituem como oportunidade para que trabalhadores possam se formar em um curso superior, através da discussão de autores sobre o sistema de ensino no Brasil, a trajetória das universidades no país e também tratando a temática acerca do ingresso e permanência das pessoas das classes populares no ensino superior e através da pesquisa realizada junto a alguns estudantes de uma instituição pública de ensino nos cursos de Administração Pública, Direito e Pedagogia.

Através da discussão teórica sobre a história das universidades no Brasil, pode-se perceber que, desde o início, as instituições de ensino superior foram construídas pelas elites e para atendê-las. Ao longo dos anos e dos governos no país, algumas medidas foram tomadas e políticas criadas a fim de diminuir a desigualdade de acesso às universidades, as pessoas das camadas populares conquistaram algum espaço no universo acadêmico.

Após conseguirem ingressar às universidades, percebe-se outro ponto, que também foi debatido na discussão teórica: o sistema de ensino apresenta a cultura das classes privilegiadas como sendo a cultura a ser seguida, fazendo com que as instituições e pessoas nele inseridas reproduzam essa cultura. Ou seja, as pessoas das classes populares, conquistaram a possibilidade de ingresso no ensino superior, porém, para conseguir permanecer na graduação, eles precisam se esforçar mais do que os estudantes em tempo integral, para alcançarem resultados semelhantes. No caso dos trabalhadores estudantes, por exemplo, eles precisam seguir a mesma grade curricular e cumprir a mesma carga horária de atividades extracurriculares que os estudantes que se dedicam exclusivamente aos estudos, porém, com um tempo de dedicação muito menor, já que oito horas do seu dia estão comprometidas com o trabalho.

O que nos leva ao terceiro tema da discussão teórica: ingresso e permanência das camadas populares. O acesso ao ensino superior não é garantia de permanência e consequentemente também não garante a conclusão do curso. O estudante trabalhador quando ingressa no curso se depara com situações que podem impedir sua graduação, como por exemplo, o não cumprimento da carga horária de matérias eletivas ou de horas extracurriculares; rendimento insuficiente nas matérias obrigatórias, que pode ser causado por diversos fatores: indisponibilidade de horário para estudos, cansaço físico e mental, dentre outros, como questões pessoais de cada estudante.

Após a apresentação teórica, tem-se a discussão dos resultados. Pode-se perceber que mesmo se tratando de três cursos diferentes: dois bacharelados e um de licenciatura, sendo um

deles de grande prestígio e visibilidade; os estudantes trabalhadores passam por dificuldades semelhantes para conseguir acompanhar o conteúdo, as leituras e principalmente para cumprir a carga horária de matérias eletivas e de atividades extracurriculares, devido ao fato de não poder se dedicar exclusivamente ao ensino superior.

Isso ocorre pois se trata de um problema além das instituições de ensino, que é a desigualdade social. O sistema de ensino não está totalmente preparado para receber pessoas em condições diferentes das do estudante em tempo integral, porém não é um problema exclusivo da educação: o Brasil é um país desigual e por isso não é fácil fazer com que as instituições sejam igualitárias e atendam à diversidade da população.

Ao identificar as dificuldades que os estudantes trabalhadores encontram para permanecer no ensino superior e as táticas que criam para se manterem trabalhando e estudando, pode-se compreender a vivência que eles têm na universidade, a relação que têm com o ensino superior e o que precisam enfrentar para se manterem nessa dupla jornada.

Devido à declaração de Pandemia de Covid-19, não foi possível realizar uma pesquisa com um número maior de pessoas, porém pode-se identificar que é necessária uma mudança nas instituições, no sistema de ensino, e faz-se necessário que as instituições considerem os dados em relação aos estudantes trabalhadores, como por exemplo, quantos são eles e porque trabalham, pois não foi possível acessar tais informações na instituição estudada.

As universidades precisam investir em políticas de permanência com foco nos estudantes que precisam trabalhar. Neste sentido, sugere-se: a criação de disciplinas eletivas à distância, a flexibilização de prazos de entrega de atividades, disponibilização de disciplinas eletivas em horários após o turno de trabalho; o meio acadêmico deve ser um lugar para todas as pessoas.

Além disso, para estudos futuros, sugere-se que se faça a comparação dos cursos noturnos nas instituições públicas e privadas, pois muitas vezes, as particulares demonstram-se mais preparadas para receber os estudantes trabalhadores; estudar também sobre a relação dos estudantes trabalhadores com a assistência estudantil: por que esta não é suficiente, apesar de ser essencial, para que os estudantes trabalhadores possam se dedicar exclusivamente ao curso superior? E por que a assistência não é vista como estratégia de permanência para essas pessoas? Sugere-se também, que os colegiados dos cursos de graduação, noturnos ou diurnos, se atentem ao fato dos estudantes serem trabalhadores e precisarem de maior apoio durante a graduação.

Por fim, cabe destacar que esta pesquisa faz-se importante e necessária pelo fato de que as pessoas precisam ser e se sentir incluídas nas instituições, principalmente nas de

ensino, as quais podem proporcionar uma melhoria de vida para as pessoas, no sentido de fazê-las mais críticas, pensativas e questionadoras de verdades absolutas impostas pela sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. S. Pierre Bourdieu: a transformação social no contexto de “a reprodução. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 139-155, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/194260430>. Acesso em: 30 de mar. de 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitat%20e%20qualitat%20-%20IFES/Livros%20de%20Metodologia/10%20-%20Bardin,%20Laurence%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf> . Acesso em: 13 de ago. de 2020.

BARREIRO, I. M. F.; FILHO, A. Educação superior no período noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 81-102, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362007000100006>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362007000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

BITTAR, M.; ALMEIDA, C. E. M.; VELOSO, T. C. M. A. Políticas de educação superior: ensino noturno como estratégia de acesso para o estudante- trabalhador. **Revista Educação em questão**, Natal, v. 33, n. 19, p. 279-304, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3937/3204>. Acesso em: 17 de fev. de 2020.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Ensino noturno - acesso e democratização da educação superior**. Relatório final de pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Campo Grande, 2009. Disponível em: <http://www.ucdb.br/mestradoeducacao/grupogepes/fotos/136.pdf>. Acesso em: 01 de abr. de 2020.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 16 de out. de 2019.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 24 de jan. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 de jan. de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 31 de jan. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 04 de fev. de 2020.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6 n. 2, p. 179-191, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>. Acessado em: 02 de mar. de 2020.

CARMO, G. T.; CARMO, C. T. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v. 22, n. 63, p. 1-42, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275031898080.pdf>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Alínea, p. 125-139, 2006. Disponível em: <http://29reuniaio.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT11-2337--Int.pdf>. Acesso em: 19 de out. de 2019.

CRUZ, V. B. Possíveis cenários para a educação superior no Brasil. **Anais do seminário de educação, conhecimento e processos educativos**, v. 3, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/seminarioECPE/article/viewFile/5455/4849>. Acesso em: 05 de fev. de 2020.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5C6_laEWdUoC&oi=fnd&pg=PA9&dq=A+Universidade+Tempor%C3%A3&ots=oJc8KoAOmI&sig=W5tj5cFW20SFSOOMI0KlboNKA9g&redir_esc=y#v=onepage&q=A%20Universidade%20Tempor%C3%A3&f=false. Acesso em: 06 de out. de 2019.

DOMINGUES, João Luiz Pereira. **Programa Cultura Viva: Políticas Culturais para a Emancipação das Classes Populares**. 2008. Dissertação (Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana)- Faculdade de Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Dissertacao-2008-Domingues-UERJ.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2020.

FAGUNDES, G. A. Algumas Reflexões em torno dos Conceitos de Habitus, Campo e Capital cultural. **Revista Café com Sociologia**, v. 6, n. 2, p. 103-123, 2017. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/724>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

FERREIRA, S. As políticas de expansão para educação superior dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016): inclusão e democratização? **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 23, n. 2, 2019. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/educa%C3%A7%C3%A3o/article/view/edu.2019.232.04/60746957>. Acesso em: 05 de fev. de 2020.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87313704016.pdf>. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas? Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, v. 4, p. 41-58, 2002. Disponível em: <http://www.madani.adv.br/aula/Frederico/GIL.pdf>. Acesso em: 02 de mar. de 2020.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 02 de mar. de 2020.

GUARNIERI, F. V.; SILVA, L. L. M. Cotas universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 183-193, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n2/2175-3539-pee-21-02-00183.pdf>. Acesso em: 04 de fev. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 10 de ago. de 2020.

MAIER, S. R. O.; MATTOS, M. O trabalhar e o estudar no contexto universitário: uma abordagem com trabalhadores- estudantes. **Revista Saúde**, Santa Maria, v. 42, n. 1, p. 179-185, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/revistasaude/article/view/20477>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

MANSAN, J. V. Coerção e controle: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964- 1988). **Clio- revista de pesquisa histórica**, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/viewFile/24367/19737>. Acesso em: 16 de out. de 2019.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirurgica Brasileira**, São Paulo, v. 17, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-6502002000900001&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 06 de out. de 2019.

MELO, A. A. S.; SOUSA, F. B. A agenda do mercado e a educação no governo Temer. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 25-36, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21619/14336>. Acesso em: 05 de fev. de 2020.

MESQUITA, M. C. G. D.; CARNEIRO, M. E. F.; SIQUEIRA, T. C. B. A relação entre trabalho e estudo: uma reflexão sobre as estudantes dos cursos noturnos de pedagogia. **Revista de Ciências Humanas**, v. 13, n. 20, p. 51-68, 2012. Disponível em:

<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/353>. Acesso em: 03 de ago. de 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O que é o REUNI?** Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acessado em: 31 de jan. de 2020.

MOTTA, R. P. S. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 30-67, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v9n16/2237-101X-topoi-9-16-00030.pdf>. Acesso em: 17 de out. de 2019.

NASCIMENTO, P. E. A. et al. **História da educação no brasil e a prática docente diante das novas tecnologias**. IX Seminário nacional de estudos e pesquisas- “História, sociedade e educação no Brasil”- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.19.pdf. Acesso em: 23 de jan. de 2020.

NEVES, C. E. B. **Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. Preparado para apresentação no Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino Americanos), São Francisco, Califórnia, 2012. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1114.pdf>. Acesso em: 20 de out. de 2019.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/54648986/PESQUISA_QUALITATIVA_CARACTERISTICAS_USO.pdf?1507379912=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPESQUISA_QUALITATIVA_CARACTERISTICAS_USO.pdf&Expires=1596495133&Signature=dxGEyH7tOsP~QIZw9D08kCeVNNKdU6ceG11dDGV2HwqAzElaKrx3mkZZVw-Of8P~kNc2MsJhWfMpy3S~-xQjhCBA6DoMpjsXW4WBNGPTlgTUKNj4y9Gj46eS~zxgamtRPZ-XSwUoEno4nei5C3p06qSh1y7yN8J9r0gejDqBeVtHKvgYCaBPQRdHMOB6gz~QSP7-JENGsqZLiC9IH-JSiq-BtnWbmvUdTz64al4PoL9rFqDEph2o8ijxvhC379IGRtFe5kmVs3AKfwSmHcrQlA23C858CqEerWyFCRdhbAuKAcWl2jxgapYtIbKbNalR~FPAIh9p4GgNec3zdZrEg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 02 de mar. de 2020.

NUNES, R. S. R.; VELOSO, T. C. M. A. A permanência na educação superior: múltiplos olhares. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v. 6, n. 16, p. 48-63, 2016. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5708/2914>. Acesso em: 18 de fev. de 2020.

OLIVEIRA, J. F.; BITTAR, M.; LEMOS, J. R. Ensino Superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 19, n. 40, p. 247-267, 2010. Disponível em: <http://200.137.217.156/bitstream/ri/12799/5/Artigo%20-%20Jo%C3%A3o%20Ferreira%20de%20%20%20Oliveira%20-%202010.pdf>. Acesso em: 04 de fev. de 2020.

PEREIRA, L. R.; KERN, F. A. A educação superior no Brasil na perspectiva do direito social: cenários que levam ao programa Prouni. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 10-19, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84851132003>. Acesso em: 23 de jan. de 2020.

PEREIRA, T. I.; MAY, F. ; GUTIERREZ, D. O acesso das classes populares ao Ensino Superior: novas políticas, antigos desafios. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 16, n. 32, p. 117-140, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5611516>. Acesso em: 13 de ago. de 2020.

ROSENDO, A. P. A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. **Recensões LusoSofia**, Corvilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/rosendoanapaulaareproducaoelementosteoriadosistemaensino.pdf>. Acesso em: 30 de mar. de 2020.

SAES, D. A. M. A ideologia docente em A reprodução, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. **Educação e linguagem**, v. 10, n. 16, p. 106-125, 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/129/139>. Acesso em: 30 de mar. de 2020.

SALGADO, R. D. C.; SIQUEIRA, S. S.; SALGADO, T. C. Qualidade de vida do estudante trabalhador: uma amostra dos discentes de cursos superiores do Instituto Federal do Piauí - Campus Floriano. **Revista Somma**, Teresina, v. 2, n. 2, p. 35-46, 2016. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Qualidade+de+vida+do+estudante+trabalhador%3A+uma+amostra+dos+discentes+de+cursos+superiores+do+Instituto+Federal+do+Piau%C3%AD+-+Campus+Floriano&btnG=. Acesso em: 24 de jul. de 2020.

SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 4, p. 28-43, 2011. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf. Acesso em: 07 de out. de 2019.

SAVIANI, D. Política educacional no Brasil após a ditadura militar. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 291-304, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795/18233>. Acesso em: 17 de out. de 2019.

SILVA, G. O. V. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **INFORMARE**, v. 1, n. 2, p. 24-36, 1995. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf>. Acesso em: 03 de ago. de 2020.

SOBRINHO, J. D. Educação Superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação: revista da avaliação da educação superior**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 107-126, 2013. Disponível em: <https://submission3.scielo.br/index.php/aval/article/view/113709>. Acesso em: 18 de fev. de 2020.

SOUSA, L. P.; PORTES, E. A. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 232, p. 516-541, 2011. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/665>. Acesso em: 17 de fev. de 2020.

SOUZA, J. As classes sociais e o mistério da desigualdade brasileira. **Classes? Que Classes?**, p. 53, 2013. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10597.pdf#page=53>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

TREVISOL, J. V.; NIEROTKA, R. L. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802016000100022&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 12 de fev. de 2020.

VARGAS, H.; HERINGER, R. Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Education Policy Analysis Archives/ Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 25, n. 72, p. 1-33, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275050047114.pdf>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 18, n. 2, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000200012&script=sci_arttext. Acesso em: 17 de fev. de 2020.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em- Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, 2010. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Programa+Nacional+de+Assist%C3%Aancia+Estudantil%3A+uma+an%C3%A1lise+da+evolu%C3%A7%C3%A3o+da+assist%C3%Aancia+estudantil+ao+longo+da+hist%C3%B3ria+da+educa%C3%A7%C3%A3o+superior+no+Brasil&btnG= Acesso em: 01 de abr. de 2020.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/59891201/VINUTO_A_amostragem_em_bola_de_neve_na_pesquisa_qualitativa.pdf?responsecontentdisposition=inline%3B%20filename%3DA_Amostragem_em_Bola_de_Neve_na_pesquisa.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20200306%2Fus-east1%2Fs3%2Faws4_request&X-AmzDate=20200306T105922Z&X-AmzExpires=3600&X-AmzSignedHeaders=host&X-AmzSignature=c6a729ea59bc888b38b5ac4cbbbf1d87e1630748cc6cb6f8b0340b594530d686. Acesso em: 02 de mar. de 2020.

APÊNDICE A_ Questionário aplicado aos alunos

- 1- Curso:
- 2- Idade:
- 3- Sexo:
- 4- Estado civil: () Solteiro () Casado
- 5- Onde cursou o ensino médio: () Rede pública () Rede privada () Ambos
- 6- Nível de instrução do pai:
- 7- Nível de instrução da mãe:
- 8- Renda Familiar (incluindo a sua):
- 9- Renda Individual:
- 10- Você mora na casa dos seus pais? () Sim () Não
- 11- Qual sua situação econômica:
() Independente financeiramente
() Depende parcialmente da família
() Depende integralmente da família
- 12- Profissão:
- 13- Local de Trabalho:
- 14- Quantidade de horas semanais que compõem sua jornada de trabalho:
- 15- A casa onde você mora é:
() Alugada () Própria () Outros, cite:
- 16- Qual o meio de transporte que você utiliza para se deslocar até a faculdade:
() Transporte coletivo () Próprio () Outros, cite:
- 17- Você teve incentivo da sua família para ingressar na universidade?
() Sim () Não
- 18- Porque você decidiu entrar para a universidade? Quando você decidiu que queria fazer um curso de graduação?
- 19- Por que escolheu este curso em que está matriculado? E esta universidade?
- 20- O que o levou a ter que conciliar o trabalho e o estudo? Por que não ficou só estudando?
- 21- Você trabalha há quanto tempo? Sempre com carteira assinada? Quais cargos você já ocupou?
- 22- Seu trabalho influenciou na sua escolha? Por que?
- 23- Já pensou em parar de trabalhar? Por que?

24- Já pensou em desistir do curso? Por que?

25- Como faz para conciliar as atividades do trabalho com as atividades do curso superior?

26- Diante das dificuldades para permanecer no ensino superior, como você faz para driblá-las?

27- Quais são os seus objetivos ao escolher este curso?

28- De que forma o curso superior pode impactar na sua vida? E da sua família?

29- De que forma ter que trabalhar prejudica o seu desempenho acadêmico?

30- Tem alguma atividade que a universidade oferece que você não consegue participar por causa do trabalho?

31- Quais as dificuldades você enfrentou para conseguir entrar na universidade? Porque você acha que teve que enfrentar estas dificuldades?

32- Tais dificuldades te trouxeram prejuízos depois que você começou o seu curso de graduação? De que forma?

33- A universidade auxilia de alguma maneira a sua permanência?

34- Você costuma participar de atividades extra curriculares?

Sim Não

Se a resposta for não, qual a razão para que não participe?

Falta de tempo/ Indisponibilidade

Desinteresse

Outros, cite: _____

35- O seu trabalho lhe permite flexibilização de horário para a realização de atividades universitárias?

Sim Não

36- Sua experiência profissional lhe auxilia no curso?

Sim Não

37- Os conteúdos vistos em sala de aula podem ser aplicados no seu trabalho?

Sim Não

38- Qual o critério você utiliza para se matricular nas disciplinas eletivas?

Horário Tema da disciplina Outros, cite: _____

39- Como você avalia a oferta de disciplinas na universidade?